

A Sociedade Civil Global^{1*}

The Global Civil Society

JEFFREY CHARLES ALEXANDER²

Por que a “globalização” se tornou um novo imaginário dominante? Que discurso ela cristaliza, que temores ela traz e que esperanças ela representa? A “globalização” apareceu como uma resposta ao trauma do século XX, em um momento de esperança, quando parecia, não pela primeira vez, que a possibilidade de uma sociedade civil mundial estava finalmente próxima. Desde antes do Iluminismo, a ideia da paz mundial tem acompanhado a expansão do poder organizacional e cultural. Do século XVII em diante, a teoria política de intelectuais tanto tradicionais quanto orgânicos articulou a ideia da resolução pacífica de conflitos através do conceito de poder civil. A possibilidade de controle civil, em oposição à violência militar ou à dominação política, pode ser remetida à ideia do contrato social, à visão lockeana de acordo consensual e persuasão em contraste com o recurso hobbesiano à força e à fraude. Sociologicamente, a ideia de sociedade civil se refere à ideia de um discurso liberal – que é ao mesmo tempo crítico e tolerante – e a instituições – desde meios de comunicação em massa factuais e ficcionais ao voto e à lei – que permitem que coletividades sejam guiadas pela comunicação simbólica entre cidadãos independentes e racionais, os quais se sentem ligados por laços de solidariedade e de obrigações mútuas (Alexander, 2006).

^{1*} Publicado originalmente em *Theory, Culture & Society*, v. 23, 2006, pp.521-524. Tradução: Rodrigo Cantu (IESP-UERJ).

² Jeffrey Charles Alexander é sociólogo formado em Harvard e em Berkeley. Atualmente, é professor na Universidade de Yale, em New Haven, nos Estados Unidos, onde é co-diretor do Center for Cultural Sociology. É editor da revista *Sociology Theory* e co-editor da *American Journal of Cultural Sociology*. É autor e co-autor de dez livros, entre eles *The Civil Sphere* (Oxford, 2006). E-mail: jeffrey.alexander@yale.edu.

No que tem sido chamado o longo século XX, durante a Era do Equilíbrio de Poder (*Age of Equipoise*) que se seguiu após o fim das guerras napoleônicas, havia a percepção, não apenas entre elites euro-americanas, que tal paz cosmopolita era iminente. Parecia possível acreditar que, ao lado da expansão do poder organizacional e cultural, emergia uma esfera civil internacional em expansão. Que essa visão utópica civil de um mundo pacífico foi obscurecida pela expansão da conquista colonial fora da Europa é uma terrível simetria apenas visível a partir de nosso próprio tempo.

Esse sonho da razão foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial. Para intelectuais e artistas, e para homens e mulheres atentos em toda parte, a guerra expôs uma barbárie que contradisse a promessa da modernidade de criar uma sociedade mais civil. Se essa primeira guerra globalizada expôs a feição perversa do nacionalismo militar que ameaçava a paz cosmopolita, muito mais ainda o fizeram os totalitarismos que surgiram em sua esteira. A Segunda Guerra Mundial marcou uma batalha globalizante acerca da própria possibilidade de as sociedades modernas serem organizadas de forma civil.

No rastro desses traumas de guerra, os vencedores prometeram renovar o sonho da paz cosmopolita. O discurso utópico da sociedade civil mundial foi até mesmo incorporado formalmente em regimes democráticos institucionais, nos governos pretensamente mundiais, primeiro, da Liga das Nações e, depois, das Nações Unidas. As ideias para esses esforços de reparo foram fornecidas por intelectuais tradicionais tais como Bertrand Russell e implementadas por intelectuais orgânicos tais como Ralph Bunche. No entanto, o carro-chefe dos esforços para renovar o sonho cosmopolita eram as próprias hegemonias nacionais vitoriosas. Essa infraestrutura do poder nacional contradizia as aspirações de uma ordem global civil. Quando a tensão no nível dos Estados-nação se tornou muito intensa, a Liga das Nações foi destruída. Tinha sido prejudicada desde o seu início, é claro, pela recusa dos Estados Unidos em participar. As Nações Unidas foram minadas ainda mais rapidamente pela divisão do espírito universalizante do pós-guerra nos campos opostos da Guerra Fria. A retórica de ambos lados dessa grande divisão badalava os sinos da paz internacional, mas no fundo

sempre se pôde ouvir rufar o tambor da guerra.

Ao fim da terceira guerra mundial do breve século 20, houve mais uma vez esperanças utópicas de restauração da sociedade civil e da criação da paz mundial. A representação utópica da “globalização” surgiu primeiramente no final da década de 1980, na medida em que a Guerra Fria chegava a seu termo. Conforme essa nova representação coletiva ganhava força, parecia que, na década seguinte, uma sociedade civil mundial estava finalmente próxima. Desta vez, intelectuais tradicionais e orgânicos eram antigos ativistas e ex-pacifistas, pós-marxistas e liberais de esquerda que fizeram campanha pela paz contra a guerra do Vietnã nos EUA, a favor da “Europa” e contra as fronteiras nacionais no continente e pelo desarmamento nuclear de ambos os lados (Kaldor, 2003). O direito internacional seria baseado não no direito de nações soberanas, mas nos direitos individuais e nos direitos humanos. A força nacional não se comprometia com interesses nacionais, mas com interesses multinacionais, com uma nova ordem mundial em que reinaria a paz e o respeito civil. O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi abordado como se fosse um fórum global democrático, em que a discussão racional poderia afetar a distribuição da riqueza e da aplicação do poder.

Mais uma vez, no entanto, esse momento de equilíbrio de poder foi sustentado por uma infraestrutura nacional. Eram os vencedores da Guerra Fria que estavam mais entusiasmados com a globalização; os perdedores estavam mais interessados na reconstrução nacional e na restauração da força regional. Foi o presidente dos EUA, Bill Clinton, que discursou inicialmente sobre a sociedade civil como a chave para a paz mundial. Foi a OTAN que interveio em Kosovo. Não surpreende que o sonho mais recente da paz cosmopolita reinou apenas por pouco mais de uma década. A efervescência coletiva do pós-guerra, na qual a globalização se tornou uma nova representação poderosa, chegou ao fim com a eleição de George W. Bush nos Estados Unidos. O interesse nacional foi desavergonhadamente reafirmado, acordos globais foram anulados, conferências e instituições globais foram boicotadas. Enquanto presidente, políticos neo-conservadores e intelectuais manipulavam e canalizavam o trauma nacional do 11 de setembro

de 2001, destacavam-se a violência anticivil e a fragmentação global e indicava-se um choque hobbesiano entre civilizações. A violência coletiva, mais uma vez, veio a ser exercida por nações e blocos, com efeitos divisores para a cena mundial, ao invés de unificadores.

Esses eventos foram vistos por intelectuais e grupos organizados promotores da globalidade não apenas com decepção, mas como traição. Para obter uma explicação, muitos se voltaram para o anti-americanismo, essa estrutura cultural de longa data que divide o bem e o mal ao demonizar os Estados Unidos e ao santificar qualquer coletividade, ideologia, ou região que venha a representar o outro lado. Não importa quão culturalmente satisfatória, essa interpretação omite, no entanto, os processos sistêmicos em jogo. As estruturas e as ideologias mundiais ainda são principalmente organizadas em nível nacional e muito pouco de modo globalmente civil. Enquanto essa estrutura organizacional for mantida, se (ou quando) outros Estados acumularem um poder extraordinariamente assimétrico, eles agirão, sem dúvida, de maneira similar.

Aceitar o antiamericanismo como explicação e não como interpretação é esquecer, além disso, do papel ambíguo e muitas vezes produtivo que este tropo cultural tem assumido. Demonizar os Estados Unidos como um hegemon significa tornar desviantes as próprias ações anticivis, e não apenas os Estados Unidos. Criando um contraste extremamente simplificador entre, de um lado, a ação “americana” e, de outro, uma espécie mais civil de poder global, essa dicotomia permite que o poder purificador da representação da globalização seja sustentado. Em fevereiro de 2003, dias antes da invasão estadunidense do Iraque, o significado desse confronto cultural e os contenciosos envolvidos foram expostos claramente na primeira página do New York Times. Relatando as manifestações massiças que ocorreram em todo o mundo no dia anterior, um correspondente do Times escreveu: “A ruptura da aliança ocidental com relação ao Iraque e as gigantescas manifestações contra a guerra em todo o mundo neste fim de semana nos lembraram que ainda pode haver duas superpotências no planeta: os Estados Unidos e a opinião pública mundial”. Aparentemente factual, essa declaração deve ser vista antes como reconstrução interpretativa. Ela

realizou um enquadramento desses eventos empíricos de uma maneira globalmente civil. Eles são apresentados como vindo à tona na cena pública mundial e os Estados Unidos são retratados não como uma nação eleita, mas como uma nação particularista, confrontando não o mal de um ditador iraquiano, mas o mundo como uma sociedade civil organizada racionalmente: “O presidente Bush parece estar cara-a-cara com um novo adversário tenaz: milhões de pessoas que inundaram as ruas de Nova York e dezenas de cidades no mundo, dizendo que estão contra a guerra com base nas provas existentes” (Tyler, 2003).

Não há um governo mundial para conter a inclinação de um Estado hegemônico na defesa de seus interesses concebidos em nível nacional. A nascente esfera civil global não possui nenhuma das instituições que, em uma democracia em pleno funcionamento, permite que a opinião pública produza poder civil e, portanto, regule o Estado, tais como tribunais independentes, competição partidária e eleições. Não obstante, essa nascente esfera civil global tem acesso a instituições de um tipo mais comunicativo. Apesar das diferentes línguas e da posse – bem como da organização – relativamente difusa, notícias das imprensas nacionais constroem eventos extra-nacionais de uma forma que muitas vezes revela um alto nível de intertextualidade, criando os entendimentos comuns e as interpretações que permitem a existência de eventos supostamente globais. Esses entendimentos “factuais” são sustentados pela circulação intensa em todo o mundo das mídias de massa “fissionais”, que estão longe de ser um mero entretenimento em seus efeitos culturais. Tais mídias profissionais são filmes, novelas e seriados televisivos, romances, música e marcas internacionais, cujo consumo está criando uma cultura material mais comum em todo o mundo.

É dentro desse mar – simbólica e institucionalmente construído – da opinião pública global que emerge o palco mundial, no qual vêm à tona enquetes, manifestações, movimentos sociais, escândalos, corrupções, terrorismo, triunfos eleitorais e tragédias, performances que tornam palpável a sensação de que há uma vida supra-nacional. É dentro dessa membrana febril e muitas vezes altamente instável da consciência global que instituições internacionais e organizações não-governamentais criam formas de governamentalidade, desde acordos

sobre as condições de trabalho e saúde mundial à regulamentação sobre o meio ambiente e minas terrestres. As regras e os recursos que sustentam a governamentalidade, ao contrário do que ocorre com o governo, se assentam sobre o consenso e o acordo e não sobre o poder amparado pela violência de um Estado (Held e McGrew, 2002).

O sonho da paz cosmopolita não morreu. A vigorosa esperança da criação de uma esfera civil global permanece. Ela está incorporada na representação coletiva da globalização, a qual possui invólucros organizacionais e efeitos políticos e econômicos. Há um palco global em que os acontecimentos locais são avaliados, não só nacionalmente ou etnicamente, mas segundo os padrões da esfera civil. Diante desse palco, está sentado um público idealizado de cidadãos do mundo. Às vezes, as apresentações realizadas perante esse público são iniciadas por atores declaradamente globais. Mais frequentemente, elas refletem roteiros locais e atores nacionais, que são projetados no cenário mundial e avaliados de acordo com os princípios de paz cosmopolita e pelo discurso e interações da vida civil.

Desde as primeiras institucionalizações nacionais de sociedades civis, tem-se imaginado a possibilidade de uma esfera civil em uma escala supranacional. No século XVII, o tropo do “despotismo oriental” surgiu, reconfigurando o colonialismo em uma luta pelo poder civil em uma escala global. Em meados do século XVIII, o terremoto de Lisboa tornou-se um trauma para a Europa e ofereceu uma educação sentimental para “toda a humanidade”. No início do século XIX, o movimento moral contra a escravidão alcançou sucesso político, gerando empatia moral, estendendo solidariedade e identificação psicológica ao outro não-branco pela primeira vez. Em meados do século XX, a narração e a memória do Holocausto formaram uma base poderosa para a expansão do universalismo moral, estabelecendo o genocídio como um princípio para avaliar o poder nacional, étnico e religioso. No final do século XX, a globalização emergiu como uma nova representação no frágil palco público da vida mundial. Ligada aos processos organizacionais que estão ampliando o alcance do poder institucional e cultural, ela promete sustentar o sonho de paz cosmopolita de uma forma mais convincente do que foi possível até o momento. Será um poder simbólico fortemente contestado no novo século.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey C. (2006), *The Civil Sphere*. New York, Oxford University Press.

HELD, David; MCGREW, Anthony G. (eds). (2002), *Governing Globalization: Power, Authority, and Global Governance*. London, Polity.

KALDOR, Mary (2003), *Global Civil Society: An Answer to War*. London, Polity.

TYLER, Patrick E. (2003), “A New Power in the Streets: A Message to Bush Not to Rush to War”, *New York Times*, 17 February: A1.